



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

040

HABEAS CORPUS Nº: 0206521-2
AÇÃO ORIGINÁRIA Nº 226.2009.000799-0
COMARCA : Olinda - 1ª Vara Criminal
IMPETRANTE : Alexandre Serra
PACIENTE : Alessandro Campos Ribeiro
PROCURADORA : Drª. Maria Helena da Fonte
RELATORA : Desª. Alderita Ramos de Oliveira

EMENTA:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES E PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO. FLAGRANTE. EXCESSO DE PRAZO. INOCORRÊNCIA. APLICAÇÃO DA SÚMULA 64/STJ. COAÇÃO ILEGAL. INOCORRÊNCIA. ORDEM DENEGADA.

I - Os prazos para a formação da culpa não são peremptórios, podendo ser dilatados, desde que não extrapolados os limites da razoabilidade, não havendo falar em constrangimento ilegal por excesso prazal, quando a defesa houver concorrido para retardar a marcha do processo, mormente quando se verificar data que se avizinha para a finalização da colheita da prova. Inteligência da Súmula nº 64/STJ. Precedentes do STJ.

II - Ordem denegada à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *Habeas Corpus* nº 0206521-2 no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à **unanimidade, em denegar a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 10 de Fevereiro de 2010.

Desª. Alderita Ramos de Oliveira
Presidente/Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

041

HABEAS CORPUS Nº: 0206521-2

AÇÃO ORIGINÁRIA Nº 226.2009.000799-0

COMARCA : Olinda – 1ª Vara Criminal
IMPETRANTE : Alexandre Serra
PACIENTE : Alexsandro Campos Ribeiro
PROCURADORA : Drª. Maria Helena da Fonte
RELATORA : Desª. Alderita Ramos de Oliveira

RELATÓRIO

O bel. **Alexandre Serra** impetrou ordem de *Habeas Corpus* liberatório, sem pretensão liminar, em favor de **ALEXSANDRO CAMPOS RIBEIRO**, qualificado na atrial (fls.02), alegando que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal em face do **excesso de prazo** verificado para o encerramento da instrução criminal no âmbito do processo-crime nº **226.2009.000799-0** a que responde perante o Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Olinda, neste Estado, como incurso nas sanções do art.33¹, da Lei 11.343/06, sob a alegação de que o acusado se encontra preso em flagrante delito desde **09/02/2009**, sem que tenha, até a data da presente impetração, uma definição da sua situação jurídico-penal.

Diante disso, o impetrante pugna pelo relaxamento da prisão, além de se tratar da hipótese de flagrante forjado, o paciente é primário e de bons antecedentes.

À inicial foram acostados os documentos de fls.10/24.

Às fls.21, ante a ausência de postulação liminar, solicitei informações à autoridade indigitada coatora, que as prestou às fls.35/36.

Tráfico ilícito de entorpecentes

Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa.

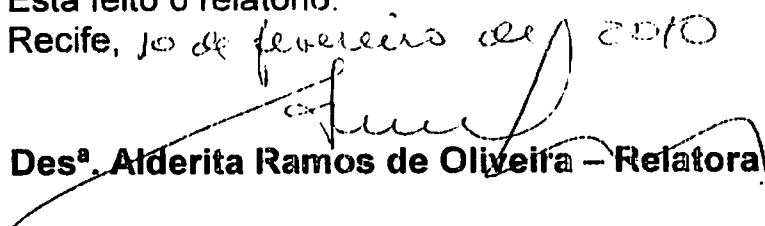


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

Nesta Instância, a douta Procuradoria de Justiça, na pessoa da Dr^a. Maria Helena da Fonte, ofereceu parecer às fls.40/41, opinando pela concessão da ordem.

Está feito o relatório.

Recife, 10 de fevereiro de 2010


Des^a. Alderita Ramos de Oliveira – Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

043

HABEAS CORPUS Nº: 0206521-2
AÇÃO ORIGINÁRIA Nº 226.2009.000799-0
COMARCA : Olinda – 1ª Vara Criminal
IMPETRANTE : Alexandre Serra
PACIENTE : Alexsandro Campos Ribeiro
PROCURADORA : Drª. Maria Helena da Fonte
RELATORA : Desª. Alderita Ramos de Oliveira

VOTO

A presente impetração persegue o relaxamento da prisão em flagrante delito, em face do excesso de prazo para o encerramento da instrução criminal, aduzindo, ainda, que o paciente faz jus à liberdade provisória.

Razão não assiste à impetrante.

O MM. Juíza processante, Drª Fábيا Amaral de Oliveira Melo, ao prestar informações, mediante ofício datado de 22/01/2010, esclarece que (fls.35/36):

"(...) Consta da denúncia que no dia 07.02.09, por volta das 11:00 horas, policiais militares realizavam ronda na localidade denominada 'Fábrica das Velas', nesta cidade, localidade conhecida como 'ponto de tráfico', quando avistaram o ora paciente e mais dois indivíduos, que ao perceberem a presença de policiais, evadiram-se. Os milicianos observaram que o paciente, durante a fuga, tentou se desfazer de uma sacola plástica, jogando-a no chão, tendo os militares, logrado êxito em detê-lo e apreender a sacola plástica e a quantia de R\$ 20,00 (vinte reais) que estavam em seu poder, verificando que a referida sacola continha 38 (trinta e oito) papéletes da substância entorpecente conhecida vulgarmente como maconha, ensejando a prisão em flagrante delito. Em interrogatório policial, o paciente negou a prática delitiva, alegando que a sacola contendo a substância entorpecente não era de sua propriedade. Despacho em 23.03.09 determinando a notificação do acusado para apresentação de defesa preliminar, que não foi apresentada no prazo legal. Petição em 05.05.09 requerendo habilitação de



044

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

defensor, sendo o mesmo notificado para apresentar defesa preliminar, prestando-a em 14.05.09. Recebimento da denúncia em 21.05.09, com abertura de vistas ao Ministério Público, a fim de se manifestar quanto ao pedido de relaxamento da prisão, opinando pelo indeferimento do pleito. Decisão pela manutenção da custódia em 16.06.09, designando-se audiência de instrução e julgamento para o dia 28.09.09. Em interrogatório judicial o paciente negou a traficância, alegando ser apenas consumidor de substância entorpecente, e que pretendia gastar a quantia encontrada consigo na praia. Em continuação da audiência instrutória, a segunda testemunha arrolada pela acusação confirmou os fatos descritos na peça acusatória, tendo a magistrada suspenso o feito em razão da ausência da primeira testemunha de acusação e face ao atendimento de remessa dos autos ao Mutirão Carcerário. Em sede do Mutirão Carcerário, cota ministerial em 12.11.09, pugnando pela devolução dos autos à vara de origem, haja vista que o parquet já havia se manifestado contrariamente ao pleito de liberdade. Em 10.12.09, decisão de manutenção da custódia e determinação de devolução dos autos ao juízo de origem. No momento os autos encontram-se conclusos para designação de data para continuação da instrução criminal (...)." (DESTAQUEI)

Cumpre assinalar, por pertinente, que os prazos para a formação da culpa não são peremptórios, podendo ser dilatados, desde que não extrapolados os limites da razoabilidade, o que, a meu ver, é o caso dos autos.

Cuido que, no caso em apreço, o próprio paciente concorreu para o retardo na marcha processual, visto que, mesmo após ser notificado, manteve-se inerte por mais de dois meses, sem apresentar sua defesa prévia, tampouco indicar defensor, circunstância que contribuiu sobremaneira para a demora na conclusão do processo, o que afasta a alegação de coação ilegal, consoante verbete sumular, a saber:

"Súmula 64/STJ – NÃO CONSTITUI CONSTRANGIMENTO ILEGAL O EXCESSO DE PRAZO NA INSTRUÇÃO, PROVOCADO PELA DEFESA".



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira



045

Nesse sentido, socorre-nos julgado oriundo do S.T.J., do teor seguinte:

"Em tema de prazo para o encerramento da instrução criminal, para além de vigorar o princípio da razoabilidade, segundo o qual os termos legais devem ser considerados segundo as peculiaridades do processo, somente há de se o declarar injustificado quando para ele não tenha concorrido a defesa (Intelecção do enunciado nº 64 da súmula do STJ). Ordem denegada." (HC 22.545/PE, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, SEXTA TURMA, julgado em 15.10.2002, DJ 23.06.2003 p. 446)

Cumpre salientar que, em que pese o retardo provocado pela defesa, a Julgadora da instância primária já recebeu a denúncia, designando audiência de instrução e julgamento, objetivando a colheita da prova, a qual se iniciou com o interrogatório do réu e inquirição de uma das testemunhas de acusação.

Bem de ver que, conforma se verifica da certidão cartorária de fls.44, a magistrada da instância primária despachou nos autos (fls.45), designando data que se avizinha (25/02/2010), para ter lugar à continuação da audiência de instrução e julgamento, com vistas a finalizar a colheita da prova, não se mostrando prudente, até a consecução do aludido ato processual, conceder da ordem.

Assim, não vislumbro, ao menos até o presente momento, a configuração do alardeado excesso prazal.

Ante o expendido, ousou dissentir do posicionamento ministerial, para denegar a ordem.

Recife, 10 de Fevereiro de 2010


Des^a. Alderita Ramos de Oliveira

Relatora